

comissão de serviço, o licenciado António José Pereira Machado, assessor principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, director de serviços da Delegação de Transportes do Norte.

18 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Jorge Jacob*.

Nota curricular

I — Dados biográficos:

Nome — António José Pereira Machado;
Data de nascimento — 7 de Setembro de 1946;
Naturalidade — Marco de Canaveses;
Nacionalidade — portuguesa.

II — Habilitações literárias — licenciatura em Agronomia, em 1975, pelo Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

III — Experiência profissional:

Ingresso na Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT) em 1973, onde, a partir de então, se desenrolou todo o seu percurso profissional;

De 1973 a 1986, as funções desempenhadas relacionaram-se com todas as matérias inerentes ao transporte regular de passageiros, no domínio das competências da DGTT e na colaboração com as mais diversas entidades;

Em 1986 foi transferido para a Delegação de Transportes do Norte, onde, gradualmente, passou a assumir novas tarefas — para além dos transportes regulares de passageiros, os transportes de mercadorias e os internacionais;

Em 1990 é nomeado director de serviços, cargo que desempenhou até 1999;

De 1999 a 2005, como assessor principal do quadro de pessoal da DGTT, tem participado em múltiplas acções, sendo de destacar:

Emissão de pareceres sobre planos directores municipais; Como membro do grupo de coordenação do Sistema de Transportes Públicos — Euro 2004;

Participação nos trabalhos conducentes à criação da autoridade metropolitana de transportes do Porto;

Membro da comissão de acompanhamento da Concessão do Sistema Metro do Porto.

Despacho n.º 9865/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 4 do artigo 2.º, conjugado com o artigo 21.º, que o recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia, designadamente de director de serviços, é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, atento o parecer da comissão de apreciação de candidaturas, constituída por meu despacho de 12 de Outubro de 2004, a licenciada Carmelita Helena Fernandes Gonçalves de Andrade Papoula corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço e detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de directora de serviços Jurídicos, conforme nota curricular em anexo;

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Carmelita Helena Fernandes Gonçalves de Andrade Papoula, assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, directora de serviços Jurídicos.

18 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Jorge Jacob*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome — Carmelita Helena Fernandes Gonçalves de Andrade Papoula;
Data de nascimento — 25 de Março de 1947;
Naturalidade — Sé, Funchal.

II — Habilitações — licenciatura em Direito, em 1972, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

III — Lugar do quadro — assessora principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres.

IV — Experiência profissional — desenvolveu a carreira profissional na Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT), com início

em 1973, apenas com uma interrupção de dois anos, em período anterior ao seu ingresso no quadro permanente, durante o qual prestou serviço na assessoria jurídica da Direcção de Serviços de Comércio, em Luanda. Em 1977, ingressou no quadro permanente da DGTT, tendo progredido na carreira técnica superior, mediante concurso, acedendo em 1993 à categoria de assessor principal. Em 1995, foi nomeada chefe de divisão de Apoio Jurídico e em 2003, directora de serviços Jurídicos, em regime de substituição.

A sua prática profissional recaiu principalmente na área jurídica, tendo, porém, desempenhado também tarefas no domínio das relações internacionais e de técnica de transportes. No âmbito das funções técnico-jurídicas, integrou a delegação portuguesa na negociação e revisão de acordos bilaterais sobre transportes rodoviários, acompanhou a preparação de directivas sobre transportes na qualidade de perito governamental convidado pela Comissão da União Europeia e integrou a delegação portuguesa no Grupo de Questões de Transportes do Conselho em reuniões tendentes à elaboração de regulamentos e directivas.

Coordenou a feitura dos diplomas que reformularam o enquadramento jurídico das actividades sob tutela da DGTT e a aplicação do processo contra-ordenacional em matérias da competência deste organismo.

Representou a DGTT em grupos de trabalho multidisciplinares com organismos nacionais e organizações internacionais e integrou júris de exame para certificação profissional de gestor na actividade de transportes rodoviários de mercadorias e de passageiros, bem como júris de concurso de ingresso e acesso do quadro de pessoal da DGTT.

Frequentou e ministrou cursos de formação profissional e participou em diversas conferências, congressos, colóquios e seminários na área jurídica e dos transportes, tendo sido autora e co-autora de comunicações apresentadas em alguns desses eventos.

Foi co-coordenadora do trabalho «Sistema de informação de suporte às contra-ordenações», que obteve o Prémio Fernandes Costa, edição de 2004.

Despacho n.º 9866/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece no n.º 4 do artigo 2.º, conjugado com o artigo 21.º, que o recrutamento dos titulares de cargos de direcção intermédia, designadamente de director de serviços, é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que, atento o parecer da comissão de apreciação de candidaturas, constituída por meu despacho de 12 de Outubro de 2004, a licenciada Graça Maria de Albuquerque Fernandes corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço e detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de directora de serviços da Delegação de Transportes do Centro, conforme nota curricular em anexo;

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio, em comissão de serviço, a licenciada Graça Maria de Albuquerque Fernandes, assessora principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Transportes Terrestres, directora de serviços da Delegação de Transportes do Centro.

18 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *Jorge Jacob*.

Nota curricular

Identificação:

Nome — Graça Maria Albuquerque Fernandes;
Data de nascimento — 12 de Setembro de 1961;
Natural de Lisboa.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
Pós-graduação em Transportes e Tráfego Urbano, professado no Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;
Pós-graduação em Engenharia Viária, pela mesma Faculdade.

Categoria profissional — assessora principal.

Experiência profissional:

Iniciou a sua carreira profissional na ex-Direcção dos Serviços Regionais de Hidráulica do Mondego — de Janeiro de 1987 a Maio de 1990;

Em 1 de Junho de 1990 inicia funções na Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Delegação de Transportes do Centro, como engenheira estagiária;

Desde 16 de Outubro de 1995 — chefe da Divisão de Exploração e Acompanhamento das Infra-Estruturas de Transportes da